

ENTRE A AGRICULTURA E A CIVILIZAÇÃO: terra, matas e povoamento no Pará Oitocentista

Francivaldo Alves Nunes
Professor Assistente – UFPA
Doutorando em História – UFF

RESUMO: Fomento à produção, reformas das técnicas agrícolas, intensificação dos sistemas de cultivo e aumento da produtividade são diretrizes recorrentes nos projetos de reformulação da agricultura desenvolvidos no Brasil no período imperial. Esses projetos objetivavam estimular a produção agrícola, seja para maior equilíbrio entre os volumes de importação e exportação, seja para atender as demandas do mercado interno. A criação dos núcleos coloniais constituiu-se em ações governamentais que buscavam atender essas demandas relacionadas à produção e consumo. Atribuía-se assim a agricultura uma dimensão econômica, mas também civilizatória. Neste aspecto, nos propomos a discutir os variados significados da agricultura no Pará das últimas décadas do século XIX; evidenciando que além de uma questão de consumo e produção, a criação dos núcleos agrícolas na região Bragantina, a exemplo da Colônia de Benevides, foi também motivada por preocupações civilizatórias marcadas por um incentivo do Estado para um melhor aproveitamento da terra, do exercício de domínio das matas, promoção do povoamento; e igualmente disciplinarização dos sujeitos sociais envolvidos na construção desse espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Pará, agricultura, povoamento, século XIX.

ABSTRACT: Encouraging the production, reforms of agricultural techniques, intensification of cropping systems and increased productivity are guidelines applicants in projects of reform of agriculture developed in Brazil in the imperial period. These projects aimed to stimulate agricultural production, whether for better balance between the volumes of import and export, is to meet the demands of the internal market. The creation of nuclei was formed in colonial government that tried to address these demands related to production and consumption. Attributed it to an agriculture economic dimension, but also civilization. Here, we propose to discuss the various meanings of agriculture in Pará in decades of the nineteenth century, showing that beyond a question of consumption and production, the creation of agricultural

ENTRE A AGRICULTURA E A CIVILIZAÇÃO: terra, matas e povoamento no Pará Oitocentista - por Francivaldo Alves Nunes

centers in the region Bragantina, like the colony of Benevides, was also motivated by concerns civilization marked by encouraging the state to a better use of land, the exercise of the forest area, promotion of settlement, and also disciplining the social subjects involved in the construction of this space.

KEY-WORDS: Pará, agriculture, stand, nineteenth century.

Introdução

Cultura animada, clima saudável, terreno enxuto e fértil, dividido em lotes de 150 braças de frente sobre 300 de fundo, achando-se cultivados 320 lotes, que ocupam uma área de 1.500.000 braças quadradas¹.

Assim o Presidente do Pará em comunicação apresentada a Assembléia Legislativa Provincial em 1884 expressava todo entusiasmo com a Colônia Benevides quase dez anos após a sua inauguração. Satisfação que era justificada principalmente com os números que identificavam as áreas de cultivo do núcleo colonial.

Fundada em 1875 pelo então Presidente Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides em uma região identificada pelas autoridades provinciais como área de “matas virgens”, “vastas terras desertas” e “fecundo e riquíssimo solo”,² ao Nordeste do Pará; essa região ligava-se a capital da Província por alguns furos e igarapés, tendo no rio Tuyassuí sua principal via de comunicação. Para os que se aventuraram a percorrer a pé ou no lombo de animais a extensão era em média de 30 quilômetros de Belém, em uma “*estrada estreita e erizada de obstáculos*” (CRUZ, 1963: 674).

Compreendido como associação dos interesses mercantis e políticos, Benevides deveria representar, se por um lado um espaço de produção para abastecimento dos mercados do Pará, servir de referência enquanto estratégia governamental de conquista e ocupação de uma área predominantemente de floresta. Afirmava-se como uma das ações

¹ Relatório do Presidente de Província do Pará, em 15 de outubro de 1884, p. 28.

² Essas expressões foram costumeiramente encontradas na documentação do governo do Pará como indicação da região onde deveria ser implantada a Colônia Benevides. Como exemplo ver: Relatório do Presidente de Província do Pará, em 17 de janeiro de 1874, p. 15.

promovidas pelo poder público em defesa do que se propagava como progresso, civilização, modernidade.

Quando se pensa em modernização do Brasil, costuma-se associar a construção de fábricas, desenvolvimento de transportes, reestruturação das cidades através da construção de prédios, grandes avenidas, implantação de luz elétrica, bondes, entre outros. O estudo sobre a apropriação e uso da terra nas Colônias Agrícolas tem nos possibilitado compreender que a proposta de modernização não pode ser percebida apenas na organização produtiva industrial ou na ordenação dos centros urbanos. O sentido do progresso e civilização, elementos constantes nos discursos sobre o moderno, se concentraria também em exercer um maior controle sobre as atividades agrícolas, rediscutir a importância da terra, promover a organização da grande propriedade, criar condições de abastecimentos dos centros urbanos e exercer a conquista do estado sobre a agricultura ³.

Na Amazônia os discursos sobre modernidade envolvem, além da necessidade de um maior controle sobre a atividade agrícola, o inevitável domínio da floresta e ocupação populacional da região. A agricultura e os núcleos coloniais, nesse sentido, se constituiriam como elementos fundamentais para trazer a modernidade, uma vez que, se por um lado poderia abastecer os grandes centros urbanos da região, por outro terá a função de promover o desmatamento e a ocupação de grandes áreas florestais.

Dimensões da Agricultura e Núcleos Coloniais

Em relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial em 1876, o Presidente Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, citava os êxitos em procurar promover o progresso da província do Pará através da agricultura, afirmando que “*prosseguem em seus trabalhos os que perseveraram, grandes derrubadas e algumas plantações já existem, e hoje, quase sem receio de errar se pode asseverar que ali está a semente da colonização na estrada de Bragança*” ⁴. Atento ao depoimento do Presidente do Pará pode se compreender que das colônias agrícolas, mais especificamente Benevides, deveria estar associada à idéia de modernização da agricultura através da criação de novas técnicas de produção, melhor aproveitamento do solo e recursos florestais, além a implantação de uma atividade agrícola mais intensiva.

³ BEIGUELMAAN, 1977; COSTA, 1998; FELIPPINI, 1990; GADELHA, 1982; MARTINS, 1973; SOUZA, 1977.

⁴ Relatório do Presidente de Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1876, p. 49.

A veemência como a experiência de colonização vivenciada em Benevides foi defendida pelo Presidente do Pará na Assembléia Legislativa Provincial, em 1885, e que aqui reproduzimos no início desta comunicação, embora pudesse contagiar o parlamento provincial, sofreu dura crítica do jornal *O Liberal do Pará* que publicou durante três dias, 24, 25 e 27 de novembro de 1885, editoriais chamando atenção para aquilo que denominou de “vantagens trazidas para a província”, cuja finalidade era chamar atenção da pouca importância da Colônia de Benevides para a sociedade paraense.⁵ O que demonstrava insatisfação de setores da sociedade com as ações promovidas pela presidência do Pará no sentido de promover a colonização da região.

O elevado número de 12.000 pessoas, em 1881, acrescentando aos dados sobre a estrutura da Colônia Benevides composta de 2 ruas, 4 travessas, uma praça, 250 casas, a maioria cobertas de cavacos, igreja, cemitério, agência de correio, coletoria provincial, estação, presença de 2 escolas, uma para sexo masculino - com 39 alunos, outra para feminino com - com 37 alunas, 3 padarias, 30 casas de comércio, açougue, em que se vendia carne verde três vezes por semana, doze engenhos de cana de açúcar, sendo três movidos a vapor, um a água e oito a animais; eram elementos, para o Presidente do Pará, suficientes para demonstrar o êxito da colonização na Província, afinal a Colônia havia se estruturado, tinha um significativo número populacional e já conseguia atender o mercado de Belém através do fornecimento de alguns produtos como a farinha, arroz polvilho, cachaça, madeira, aves e frutas⁶.

Se os números apresentados pelas autoridades paraenses serviam para demonstrar o sucesso das ações governamentais, sendo utilizados, inclusive, por Manuel Baena para informar ao Ministério da Justiça o crescimento das comarcas do Pará⁷; para parte da Assembléia Legislativa, que expressou sua insatisfação nas colunas de *O Liberal do Pará*, a Colônia Benevides, como exemplo do sucesso da política de colonização no Pará, não era motivo para grandes festejos, uma vez que, se por um lado não conseguiu atingir um de seus principais objetivos, que era aumentar a produção de alimentos no Pará e conseqüentemente garantir o abastecimento do mercado de Belém; por outro, acabou estimulando a destruição de áreas de florestas, através da exploração rudimentar do solo,

⁵ *O LIBERAL DO PARÁ*. Belém, 24 de novembro de 1885, p. 01.

⁶ Relatório do Presidente de Província do Pará, em 15 de outubro de 1884, p. 29.

⁷ Os dados apresentados na Falla do Presidente do Pará João Silveira de Souza, datada de 15 de outubro de 1884, fizeram parte das informações sobre as Comarcas da Província do Pará organizadas em virtude do Aviso Circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883, cuja primeira publicação se deu em 1885, através da Tipografia F. da Costa Júnior.

não aproveitando os recursos florestais, principalmente a madeira, além de proporcionar a vinda de trabalhadores “*pouco laboriosos como os que se apresentavam para ir às colônias*”⁸.

As discussões em torno da criação dos núcleos agrícolas e a sua eficácia diante dos problemas que envolviam a agricultura, principalmente ao uso do solo, garantindo a utilização de novas técnicas de plantio e o melhor aproveitamento dos recursos florestais não era uma problemática que envolvia apenas os setores dominantes da sociedade paraense. Segundo Fernando Antonio Lourenço o debate envolveu os diversos segmentos da sociedade brasileira, e tinha como um dos princípios a proposição de medidas de reformulação da agricultura no Brasil (LOURENÇO, 2001: 12). Antiescravidão, valorização do trabalho livre, desenvolvimento de técnicas produtivas e ensino agrícola foram alguns dos tópicos do programa de reformulação da agricultura no Brasil.

No Pará, Antonio Ladislau Monteiro Baena é um dos grandes defensores de uma reforma agrícola, principalmente quanto ao plantio. Em *O Auxiliador da Industria Nacional*, Revista da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, fundada em 1827, e que constitui o marco do movimento reformador, Baena publica um longo discurso sobre a situação da agricultura no Pará e como uma de suas principais propostas defende a substituição daquilo que chama de métodos de derrubamento e dos incêndios das matas, utilizados pelos agricultores como “pretexto das terras estarem cansadas, tornando com isso, necessário buscar outro lugar para fazer o plantio”; o que é considerado, segundo Baena, um “péssimo método, que cópia o bruto costume, que tinham os silvícolas na sua acanhada agricultura”.⁹

Para Antonio Baena a mudança nas técnicas de plantio deveria ser assegurada através da organização dos agricultores com o apoio das autoridades provinciais. As ações reformistas deveriam se concentrar na promoção de estudos e divulgação de novas técnicas de uso da terra. Com essa intenção participa na manhã de 25 de junho de 1885, da criação da Sociedade Agrícola Paraense, que segundo o Barão de Igarapé Mirim, então presidente da sociedade, teria a finalidade de “promover o bem da agricultura da Província; com o aconselhamento a utilização de instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados aos trabalhadores, assim como prestar aos lavradores auxílios e coadjuvação contra os males que afete a agricultura”.¹⁰

⁸ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 25 de novembro de 1885, p. 01.

⁹ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Estado Atual da Agricultura no Pará. In: *Revista O Auxiliador da Industria Nacional*, ano IX, 1841, p. 16. Texto publicado ainda na obra “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará” (BAENA, 2004).

¹⁰ O AGRÁRIO. Ano I, nº 1, setembro de 1885, p 02.

No contexto da construção de programas de reformas da agricultura os jornais e a Assembléia Provincial tornam-se locais de discussão em torno da situação agrícola no Pará, o que acabaram constituindo se em espaços de debate em torno de um modelo de colonização que garantisse um maior aproveitamento do solo e associasse a atividade agrícola com o comércio e exploração da madeira. Para setores da sociedade, que expressam suas idéias através de *O Liberal do Pará*, o êxito com a implantação da Colônia Benevides não se afirmaria apenas sob o ponto de vista da ocupação populacional e aumento das áreas de plantio, como defendiam os partidários do discurso do Presidente do Pará em 1885; a implantação desta colônia deveria servir também como experimento para uso de técnicas de plantio, evitando aquilo que Baena chama de “*holocaustos das matas*” e “*lavoura errática*” (BAENA, 2004: 70).

Considerando a implantação das colônias agrícolas, no século XIX como consequência de uma postura de reorganização da agricultura no Brasil, como nos aconselha Mary Dell Priore e Renato Venâncio (DEL PRIORE & VENANCIO, 2006), isto nos leva a reflexão de que o entendimento do contexto em que o programa de reforma agrícola ganha força no Brasil nos ajudaria a compreender as intenções que provocaram as ações governamentais em torno da agricultura no Pará, a exemplo de Benevides.

Para quem se propõe analisar o contexto de surgimento dos núcleos agrícolas e conseqüentemente entender as dimensões tomadas pela agricultura nesse período, três são os aspectos fundamentais que justificariam uma reorganização da atividade agrícola e que acabariam por demarcar os limites de atuação desses espaços de colonização: O primeiro que leva em consideração a necessidade de um aumento produtivo, seja para equilibrar os volumes de importação e exportação, seja garantir o abastecimento do mercado externo; o segundo aspecto, que diz respeito à necessidade de uso de novas técnicas de plantio, manipulação de sementes, utilização de adubos e inseticidas, garantindo a exploração intensiva do solo; e um terceiro aspecto diz respeito à implantação das colônias agrícolas como espaço que pudesse associar a exploração do solo com os recursos florestais.

A frase a seguir resume bem o contexto de surgimento dos Núcleos Coloniais:

Não houve nunca na Amazônia, como não houve em qualquer parte do Brasil, nenhum método racional de trabalho agrícola. Acolá, como aqui, e por toda a parte do nosso país, tudo tem obedecido ao mais grosseiro empirismo e seguido a mais bronca rotina” (VERÍSSIMO, 1915: 07).

A estimulação dos debates em torno de uma reforma da atividade agrícola levou a formulação de discursos, como o de José Veríssimo, em defesa da substituição de uma “bronca rotina”, baseada principalmente no uso da queima da vegetação, como principal instrumento de fertilização do solo, por aquilo que denominou de *“uma ciência ou arte da agronomia, uma higiene do trabalho agrícola, métodos mais racionais de cultura”* (VERÍSSIMO, 1915: 07).

Os debates envolvendo o governo do Pará e parte do Parlamento Provincial, marcado pela crítica ao modelo de colonização desenvolvido no Pará, tinham na substituição da agricultura extensiva - caracterizada pela derrubada da floresta, queima da vegetação e apropriação constante de novas áreas para o plantio - uma das principais questões que alimentavam os debates em torno de se implantar na Amazônia novas técnicas de cultivo. Há no interior desses debates uma defesa de que o processo de colonização na Amazônia não consistiria apenas em promover a ocupação populacional da região, nem tão pouco se resumiria ao aumento da área de plantio. O elemento principal de discordância, e que é expresso através da imprensa de Belém, está relacionado às experiências de colonização que não fora capaz de implantar novos métodos de plantio que pudesse melhor aproveitar os recursos do solo, e conseqüentemente garantindo o melhor aproveitamento da fertilidade das terras da região.

A Colônia Benevides, considerada uma das principais medidas de incentivo a colonização do Pará, é utilizada com exemplo das experiências promovidas pelas autoridades provinciais no sentido de implantar um modelo de colonização que deveria assegurar a substituição da “bronca rotina” pela “arte da agronomia”. Neste aspecto, embora concordasse com a idéia de que se deveriam implantar novas técnicas de plantio, de forma a desenvolver um melhor aproveitamento do solo, Veríssimo acreditava que esses experimentos, principalmente de origem estrangeira, não eram suficientes para atender as necessidades da agricultura brasileira, nem garantia a defesa dos interesses da Amazônia, uma vez que, os meios onde foram concebidos, no caso a Europa, apresentava uma realidade diferenciada do Brasil.

Apreendidos principalmente de livros estrangeiros, as novas técnicas de plantio, uso de sementes, fertilizantes e adubagem não levava em consideração as peculiaridades regionais brasileiras, não era conseqüência da experimentação do agricultor nacional. Para Veríssimo essas novas técnicas, caso fossem implantadas nos núcleos coloniais do Pará, *“não teria grande utilidades uma vez que, não eram concebidas consoante aos meios e as*

condições climáticas, geológicas, econômicas e sociais da Amazônia” (VERÍSSIMO, 1915: 07).

O trabalho de Veríssimo com o título “Interesses da Amazônia” tinha, como principal preocupação, destacar os proveitos que pudessem assegurar o desenvolvimento da Amazônia, principalmente os que faziam referência à atividade agrícola. Com a intenção de mostrar as peculiaridades da Amazônia, quanto à situação geográfica, climática e populacional, o trabalho é portador de uma proposta de construção de programa de reforma para a agricultura que levem em consideração os interesses das diversas regiões do país. No caso da região amazônica esses interesses estariam concentrados na atividade agrícola, devido, em especial, a fertilidade do solo da região e a exploração intensiva das riquezas disponibilizadas pela floresta, principalmente a madeira.

Com um discurso de defesa das peculiaridades regionais, Veríssimo chama atenção, principalmente das autoridades do Pará, para a construção de um conjunto de ações que possam aproveitar as terras e as riquezas da Amazônia, sendo que o melhor aproveitamento do potencial produtivo da região se daria através do aperfeiçoamento das técnicas de plantio, concebidas através de um “*método racional de trabalho agrícola, em que se considerassem as condições climáticas e outras do meio*” (VERÍSSIMO, 1915: 07).

A construção de programa de reformas na agricultura considerando os aspectos regionais da Amazônia rompe, em parte, com os discursos de Antonio Ladislau Monteiro Baena, que defendia a adoção de práticas de cultivo de agricultores europeus; chegando, inclusive a defender, a implantação do uso do arado como processo revolucionário na agricultura paraense (BAENA, 2004, p. 72). Se por um lado há um rompimento entre os propositores de modificações na atividade agrícola da Amazônia, quanto ao uso de técnicas a ser implantada na região, é justamente a defesa dessas mudanças que os aproxima. Ambos concordavam que o uso de técnicas de plantio apreendido dos indígenas e caracterizada pela agricultura extensiva, ou seja, derrubamento de partes da floresta a cada período de plantação, chamado por Veríssimo de “bronca rotina” e por Baena de “bruto costume” deveriam ser substituídas. A substituição da agricultura extensiva deveria ser feita por aquilo que Veríssimo denominou de arte da agricultura, que consistia na escolha de uma determinada área específica para a lavoura, sendo que nessa área de plantio deveria costumeiramente fazer estudo e experimento para uso dos melhores métodos, escolha de adubos e fertilizadores, além da seleção de instrumentos de trabalho.

O estudo das plantas, uma das etapas a serem desenvolvidas para a superação da “bronca rotina”, deveria ter como finalidade introduzir novos métodos de plantio que pudesse

ENTRE A AGRICULTURA E A CIVILIZAÇÃO: terra, matas e povoamento no Pará Oitocentista - por Francivaldo Alves Nunes

aumentar e melhorar a plantação, o que segundo Antonio Baena teria na Amazônia o local mais apropriado, uma vez que, a adoção dessas novas técnicas de plantio que haviam funcionado com sucesso em outras regiões teria maior êxito em terras como as do Pará que apresentavam um diferencial das demais regiões por serem “*refrigeradas e umedecidas por infinitos rios*” (BAENA, 2004, p. 72).

A proposição da implantação de técnicas de plantio que leva em consideração as peculiaridades da Amazônia, e que ganha força nas palavras de Veríssimo, aumenta o prestígio da agricultura como “a mais nobre, útil e digna profissão do homem livre”. Os debates nos parlamento provincial, nos jornais e as comunicações entre as autoridades provinciais reforçam a concepção de que o Pará em função da fertilidade de suas terras deveria ter na agricultura a sua principal atividade.

Controle e disciplina nas Colônias Agrícolas

Para o sucesso das colônias agrícolas necessitava-se exercer, por parte das autoridades provinciais, o controle dessas colônias; o que significa demarcar os lotes, definir os produtos a serem cultivados, garantir a distribuição de sementes, ferramentas e alimentação, pelo menos até a primeira colheita. Para isso o governo provincial criara em 1876 uma comissão para organizar a implantação das colônias agrícolas, formada pelo bacharel Antonio Nunes, então presidente da comissão, o engenheiro Guilherme Francisco Cruz, o coronel Francisco Xavier Pereira de Mello e os comerciantes Francisco Gaudêncio da Costa e Fortunato Alves de Souza, além do cônsul dos Estados Unidos, posteriormente substituído pelo cônsul do Império Alemão, e os vices cônsules da França e Espanha.¹¹

Os terrenos marginais à estrada de Bragança são demarcados. Segundo informações do relatório provincial de 1876 foram demarcados “116 lotes de terrenos, ocupando uma área de menos de uma légua quadrada”, e que deveriam ser entregues aos colonos. Em 26 de maio do mesmo ano o engenheiro João Paulo Dias Carneiro foi incumbido de prosseguir na demarcação de lotes de terra, selecionando 600 braças de terras paralelas à estrada de Bragança e dividindo em lotes todos esses terrenos. Ainda em 1876 foram feitas novas medições, uma vez que os lotes anteriormente demarcados estavam todos ocupados, assim sendo foi se obrigado a fazer medições “*nos fundos dos*

¹¹ Relatório do Presidente de Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1876, p. 49.

lotes concedidos e dentro do território de 2 léguas quadradas já medido, linhas paralelas à estrada, onde serão os novos lotes”¹².

O controle das autoridades provinciais não se encerrava nas divisões de lotes de terras. Havia também o controle sobre a produção, que era exercido através da distribuição de sementes para o plantio, ficando sob a fiscalização da administração provincial o tipo de semente e a quantidade a ser distribuída, sem contar que era o governo que delimitava a área de plantio. Em contra partida o governo provincial ficaria responsável pelo abastecimento de produtos nos núcleos colônias até o início da primeira colheita, além do fornecimento de viveres e outras mercadorias que não são produzidas no núcleo. Fica também por conta da administração provincial a construção de acomodações provisórias. Em 1876 através de relatório da presidência da Província do Pará relatava-se a construção de 5 barracões no núcleo colonial de Benevides, cuja função era abrigar novos colonos.

Os colonos residentes dos núcleos agrícolas estavam em constante fiscalização. Qualquer acontecimento deveria ter autorização do governo provincial. A exemplo temos o plano de Augustin Gregoire, imigrante francês, recém chegado na Província do Pará, havia proposto ao governo da Província a construção de uma fábrica de telhas, tijolos e vidros na colônia agrícola de Benevides. A instalação da fábrica, que segundo Augustin Gregoire seguia os novos sistemas adaptados na França, precisou de autorização do governo provincial, que encaminhou até a região uma comissão de colonização, responsável em verificar as mudanças proporcionadas com a instalação da fábrica, principalmente no que se refere ao ritmo da produção agrícola e a possibilidade de extração de madeiras.¹³

O controle das colônias agrícolas será intensificado com a chegada do migrante nordestino. A seca que assolou as províncias do nordeste brasileiro, como o Ceará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Maranhão (DAVIS, 2002: 16-17), e que nos dizeres de José Joaquim do Carmo “esterilizou a terra, empobreceu e lançou na miséria o homem”,¹⁴ motivou o deslocamento de uma grande quantidade de retirantes para a Amazônia, principalmente a partir de 1877. A administração provincial do Pará procurou aliar os interesses da região com a necessidade de garantir abrigo aos que desejassem migrar para o Pará. No entanto, observamos nos pronunciamentos do governo provincial a necessidade de regular e controlar a migração nordestina. Em pronunciamento apresentado a Assembléia Legislativa Provincial o Presidente do Pará destaca “a necessidade de

¹² Relatório do Presidente de Província do Pará, em 17 de janeiro de 1874, p. 20.

¹³ Relatório do Presidente de Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1874, p. 63.

¹⁴ Relatório do Presidente de Província do Pará, em 22 de abril de 1878, p. 06.

regularizar o serviço, dando-lhe uma certa organização";¹⁵ ressaltando ainda a construção, com urgência, de *"regras e preceitos que lhe dêem uma certa organização, consentânea assim aos interesses do retirante, com aos da província e aos do estado"*¹⁶.

Ainda em 1878, o engenheiro Martinho Domiense Pinto Braga apresentou um parecer em que destacava a importância da migração nordestina para o Pará, desde que houvesse todo um controle de entrada e permanência desses retirantes na Província do Pará. Observa-se quando da leitura dos relatórios, mais uma vez, a preocupação em justificar as ações de controle e disciplina dos trabalhadores, agora fazendo referência aos nordestinos. Novamente o governo provincial apela para a retórica, tentando convencer as autoridades provinciais de que a estada de retirantes nordestinos no Pará se sustentaria desde que houvesse uma organização, que implicaria a criação de normas de permanência.

Sobre as providências tomadas pela Presidência do Pará para o recebimento dos migrantes destaca-se a implantação de um serviço de acolhimento, responsável em garantir alimentos e acomodação aos retirantes, além de estabelecer um conjunto de regras a que estariam submetidos os migrantes nordestinos. Ao governo provincial cabia a responsabilidade de atender os retirantes nordestinos que desembarcassem na capital do Pará com alojamentos e alimentação, durante *"o tempo restritamente indispensável para se lhes dê destino, em prédios ou edifícios, em que possam estar sem prejuízo da higiene e da moralidade, e sob imediata inspeção do funcionário encarregado de dirigi-los e encaminhá-los"*¹⁷.

Nos alojamentos os retirantes deveriam ficar o menor tempo possível. Para os que permanecessem no Pará, teriam o prazo de *"três dias para obter o arranjo ou meios de subsistência por trabalho lícito"*, caso não conseguissem trabalho nesse período seriam *"empregados em obras públicas compreendidas à abertura e melhoramento de estradas, ou na agricultura"*. Para os desejassem se dirigir às colônias agrícolas, o governo provincial garantiria os transportes para os centros agrícolas, além dos *"meios de trabalho e arranjo, quer no serviço público quer no serviço particular"*¹⁸.

Além do transporte e instrumentos de trabalho, o retirante nordestino receberia, conforme o número de pessoas de sua família, e o trabalho que se houver de fazer, uma espécie de auxílio pecuniário para as suas primeiras despesas. Para os socorros pecuniários aos retirantes e o salário remunerador em obras públicas, a presidência da

¹⁵ Idem, Anexo A-I.

¹⁶ Idem, p 06.

¹⁷ Idem, A-I.

¹⁸ Ibidem.

província estabeleceu diversas diárias conforme a quantidade de membros na família e a qualificação do trabalhador.

Nas colônias agrícolas da Zona Bragantina, o engenheiro Pinto Braga, foi encarregado pelo Presidente da Província de executar serviços em que utilizassem os migrantes nordestinos. Em Benevides foi determinada a construção de barracões para serem utilizados como acomodações, além da demarcação de lotes de terras.

Embora ficasse estabelecido o auxílio pecuniário aos retirantes nordestinos, em julho de 1880 o governo imperial ordenou “*a suspensão e por outro posterior a diminuição severa das despesas*”. Assim, para uma despesa que correspondia a 14 contos por semana e 56 por mês, houve uma redução para 20 contos mensais, o que segundo o Presidente José Coelho da Gama e Abreu “*produziu uma série de irritação na colônia*”¹⁹. Insatisfeitos com a diminuição dos auxílios fornecidos pelo governo provincial do Pará, os colonos de Benevides ocuparam a sede da diretoria da colônia, o “*que dera lugar a lutas pessoas entre o diretor e colonos*”, houve ainda “*espancamento das praças de um destacamento*” e ameaçaram o governo provincial propondo uma marcha para a capital para recuperar os recursos que haviam sido diminuídos²⁰.

A diminuição dos recursos de auxílio aos colonos implicava na dificuldade de permanência no núcleo colonial, uma vez que era através desses recursos que se garantiam a aquisição de ferramentas de trabalhos, alimentação e vestuário. O movimento foi reprimido pela administração provincial, que buscava justificar a repressão afirmando que a ação dos colonos foi motivada por um grupo de “*rixosos e turbulentos*”, que “*não queriam lotes e só estavam agarrados ao trabalho diário ao qual faltavam grandes números de dias, sendo todavia incluídos nas folhas de pagamento*”²¹.

Algumas providências foram tomadas para evitar novos movimentos de contestação. Foram despedidos cerca de 200 trabalhadores, considerados como mal intencionados e que estiveram envolvidos diretamente na revolta, inclusive obrigando o diretor Antonio Bernardino Jorge Sobrinho a deixar a colônia de Benevides e partir para Belém²².

O Presidente José Coelho da Gama e Abreu em relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial faz algumas considerações sobre o movimento ocorrido na colônia de Benevides apresentando a posição das autoridades sobre os levantes ocorridos na colônias agrícolas:

¹⁹ Relatório do Presidente de Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1880, p. 26.

²⁰ Idem, p. 25.

²¹ Idem, p. 26.

²² Ibidem.

Em consequência de terem sido restringidos recursos dados aos retirantes cearenses do núcleo colonial de Benevides, houve receios de uma alteração da ordem pública, receios que depois foram justificados pela insurreição que ali teve lugar contra o diretor atual. Estas alterações do sossego da colônia devem ser atribuídas à malevolência de alguns despeitados, à quem a economia rigorosa que tem reinado na colônia, não permite usufruir os mesmos interesses que até esse tempo alcançaram, e também a persuasão em que outros mantinham os retirantes de que indefinidamente tinham direito a ser socorridos sem por sua parte e com o trabalho procurar aliviar o governo de tão pesado ônus. Felizmente a energia do diretor e as providências tomadas, fizeram entrar tudo na órbita do sossego e tranqüilidade que ali continua a reinar²³.

Conclusão

Entusiasmados pelas concepções de defesa da reformulação da agricultura, passa-se a cobrar das autoridades provinciais a criação de medidas que promovam a colonização do Pará levando em consideração essas proposições de desenvolvimento da agricultura. A proposta de implantação dos núcleos coloniais e o modelo em que são organizados são próprios desta situação. Portanto, as proposições de criação de Colônias Agrícolas ganham força no Pará no momento em que a dimensão da agricultura se valoriza, consequência também dos debates nacionais em torno da reforma da agricultura. Nesse sentido, Benevides será concebida pelas autoridades do Pará como espaço rural onde possa se desenvolver o progresso e a civilização através do aumento da produção agrícola, povoamento e o controle da floresta.

Referências Bibliográficas

ABREU, José Coelho da Gama. *As regiões Amazônicas: Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa. 1896.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BEIGUELMAAN, P. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1977.

COSTA, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Unesp, 1988.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Coleção Amazônia: Série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1963

²³ Idem, p. 5.

ENTRE A AGRICULTURA E A CIVILIZAÇÃO: terra, matas e povoamento no Pará Oitocentista - por Francivaldo Alves Nunes

DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: Climas, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro.: Record, 2002. pp. 16-17.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FILIPPINI, E. *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial Barão de Jundiá 1887-1950*. São Paulo, FFLCH-USP, 1990 (Dissertação de Mestrado).

GADELHA, R. M. de A. *Os Núcleos Coloniais e o Processo de Acumulação Cafeeira (1850-'920), Contribuições ao Estudo da Colonização em São Paulo*. São Paulo, FFLCH-USP, 1982 (Tese de Doutorado).

GERMANO. *A Amazônia em 1893*. Pará. Typ. P Barbosa. 1895.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MOURA, Ignácio; ELEUTERIO, Paulo. *A Amazônia do futuro*. Pará: Clássica. 1926.

MARTINS, J. de S. *Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

SOUZA, J. S. de. *Imigração e Colonização em um Município Açucareiro*. São Paulo, FFLCH-USP, 1977 (Dissertação de Mestrado).

VERRÍSSIMO, José. *Interesses da Amazônia*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio. 1915.

Recebido em: 25/05/2009

Aprovado em: 17/11/2009